

**HABEAS CORPUS Nº 569.949 - PR (2020/0077821-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : GEOVANNA GOMES DA SILVA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : JOÃO MARIA DE GOES JÚNIOR - PR040750  
THAIS BISETTO - PR073178  
GEOVANNA GOMES DA SILVA - PR080059  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : AROLD0 CHEIM (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de AROLD0 CHEIM contra decisão de Desembargador integrante do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ que indeferiu a liminar no HC n. 0015117-15.2020.8.16.0000.

Nesta via, sustenta a impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal capaz de superar o óbice do enunciado da Súmula 691/STF, diante da ausência de fundamentação da decisão que indeferiu a medida liminar.

Alega que o paciente encontra-se em grave situação de risco diante da pandemia causada pela contaminação do Novo Coronavírus (Covid-19), pois é pessoa idosa de 76 anos de idade, portadora de comorbidades e está na unidade de progressão de regime usufruindo de trabalho externo, preenchendo os requisitos para ser beneficiado com a prisão domiciliar, nos termos da Recomendação n. 62/2020 do CNJ e do art. 117, inciso II, da LEP.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja deferida a prisão domiciliar ao paciente.

É o relatório.

Esta Corte Superior, nos termos da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, pacificou orientação no sentido de que "*não se admite habeas corpus contra decisão negativa de liminar proferida em outro writ na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância*" (AgRg no HC 252.412/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 9-10-2012, DJe 17-10-2012), destacando que "*O referido óbice é ultrapassado tão somente em casos excepcionais, nos quais a evidência da ilegalidade é tamanha que não escapa à pronta percepção do julgador*" (AgRg no HC 300.610/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 4-9-2014, DJe 15-9-2014).

E, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular. É que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando devidamente fundamentado o indeferimento do pleito liminar, pois a autoridade tida como coatora não entendeu presentes os requisitos necessários para a concessão sumária da ordem, tecendo ainda as seguintes considerações (e-STJ Fls. 48/52):

*Mantenho o indeferimento da liminar.*

*Com efeito, ao tempo em que a análise de incidentes na execução compete ao d. Juízo da Execução, o reexame de*

*eventual decisão, nas hipóteses de inconformismo, far-se-á pela via recursal, mediante instrumento processual adequado, qual seja, ‘recurso de agravo’, de conformidade com o disposto do art. 197 da Lei 7210/84, e não o habeas corpus, remédio processual de rito célere e sumário que não comporta análise de provas, tal como está a exigir o exame do pedido formulado por meio da presente impetração. Nesse sentido, utilizam-se os advogados, indevidamente, da via estreita do writ, quando decisões proferidas em sede de execução devem ser questionadas por intermédio do mecanismo processual cabível. Aliás, constata-se que o recurso já foi, inclusive, interposto.*

*[...]*

*Lado outro, embora admita-se a concessão de habeas corpus “de ofício” em casos excepcionais, as alegações pautadas na disseminação do Covid-19 não justificam a concessão do benefício pleiteado.*

*[...]*

*Feita essa observação preliminar, anoto que subsistem em torno da matéria, para o momento, as disposições da Recomendação n.º 62, do Conselho Nacional de Justiça, que, assumindo o caráter de recomendação – e não possuindo, por isso mesmo, força vinculante –, reservam à autoridade judicial competente ampla margem para a análise de cada caso concreto em suas especificidades, como adiante esclarecido.*

*[...]*

*No caso concreto, a partir das premissas encimadas, a situação não justifica a soltura do paciente, sobretudo diante da informação no sentido de ter sido ordenada a remoção do paciente ao Complexo Médico Penal, estabelecimento que certamente dispõe de estrutura oferecer o tratamento adequado ao paciente e para conter a disseminação do Covid-19, em caso de eventual necessidade. No mais, AROLDO CHEIM foi condenado por delito gravíssimo, envolvendo violência presumida, devendo ser mantida, pelos seus próprios fundamentos, a decisão proferida pelo d. Juízo impetrado.*

*Do exposto, indefiro a liminar.*

*Intime-se.*

*III – Oficie-se, requisitando do d. Juízo impetrado informações, no prazo de 48 horas, acerca da remoção do paciente ao Complexo Médico Penal, diante da urgência da situação.*

*Cópia do presente despacho servirá como ‘ofício’.*

*IV – Com as informações, abra-se vista à d. Procuradoria Geral de Justiça.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim, os argumentos lançados pela autoridade apontada como coatora, em cotejo com os elementos que instruem os presentes autos, autorizam a conclusão do acerto do indeferimento da medida sumária.

Além disso, mister destacar que o revolvimento dessa questão certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois será alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora, quando do julgamento do seu mérito.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator